



11º Encontro Internacional de Política Social

18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no capitalismo

Violência contra as mulheres: manutenção da dominação do Capital

Giovanna Martins de Oliveira¹

O presente resumo analisa a violência doméstica como expressão estrutural das desigualdades de gênero na sociedade capitalista que se apropriou ao longo dos anos das práticas patriarcais de outras organizações societárias. A partir disso, busca-se compreender como a violência contra as mulheres permanece articulada às relações sociais contemporâneas, situando a Lei Maria da Penha como um dispositivo legal imprescindível no Brasil. A partir de uma abordagem qualitativa, o trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica com vistas a compreender a violência contra as mulheres como expressão das relações de exploração e opressão produzidas na sociedade capitalista patriarcal, além de expor a Lei Maria da Penha diante da permanência histórica de diferentes formas de invisibilização e deslegitimação da violência contra as mulheres no Brasil.

Pretendemos apresentar argumentos críticos que contestam a perspectiva conservadora e liberal que reduz a violência contra a mulher a uma questão privada ou a conflitos interpessoais. Compreende-se, assim, que a violência doméstica envolve processos históricos amplos. Não se trata apenas de agressão física, mas de uma dimensão estrutural que institucionaliza a subordinação feminina por meio de relações de poder e da divisão sexual do trabalho. Essa discussão permite refletir que a violência de gênero exige considerar a relação orgânica entre os mecanismos de exploração da força de trabalho e os de opressão. Busca-se uma análise na perspectiva de totalidade, que não hierarquiza as opressões de classe, território, raça e gênero, entendendo-as como pilares que sustentam o controle sobre os corpos femininos e as expõe enquanto uma dinâmica essencial na concentração e acumulação capitalista.

Ao discutir a violência contra as mulheres, Almeida (2007, p. 28) chama a atenção para o fato de que esta ocorre em um contexto de disputa de controle e gestão

¹ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e extensionista do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha. Email: ggjomartins26@gmail.com.

das famílias. A autora demonstra que a dominação masculina é legitimada por uma ideologia patriarcal que naturaliza hierarquias. Suas reflexões abordam a desmistificação da família como espaço exclusivamente de proteção, revelando que o ambiente doméstico pode ser o locus da reprodução do controle e da invisibilização da violência.

Partindo de uma outra perspectiva teórico-metodológica, as reflexões de Federici (2017) não só ampliam essa compreensão ao demonstrar que a consolidação do capitalismo dependeu do disciplinamento dos corpos femininos em sua função reprodutiva, como coloca no cerne do debate a relação indissociável entre opressão e exploração. A autora demonstra como a caça às bruxas funcionou como um mecanismo de terrorismo de Estado para destruir a autonomia feminina, em uma conjuntura de transformação das relações sociais resultante da incipiente generalização do modo de produção capitalista que alterou os meios e formas da garantia de sobrevivência.

No contexto do capitalismo contemporâneo, os avanços no campo dos direitos não eliminam as bases estruturais do patriarcado e da exploração capitalista. Vale considerar que a Lei Maria da Penha representou um avanço importante no enfrentamento à violência doméstica no Brasil, sendo o resultado das lutas históricas dos movimentos feministas. Ao estabelecer mecanismos específicos para o enfrentamento da violência doméstica e ser vista como questão pública e violação de direitos, a Lei nº 11.340/2006 rompeu parcialmente com o silêncio histórico em torno das violências sofridas pelas mulheres e ampliou a atuação estatal diante desse problema.

As políticas sociais, embora atravessadas pelas contradições do capital, são frutos de lutas históricas. Compreender a violência contra a mulher exige reconhecer sua dimensão histórica e estrutural, articulando exploração e opressão. Este estudo contribui para uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades das políticas públicas, reforçando que o enfrentamento à violência exige a transformação das bases que sustentam a desigualdade de gênero e classe.

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

BRASIL. **Ministério das Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília, 2011. ³

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.